



**Edição nº 645 – 27/10/2020**  
(Período 20 a 27 de outubro de 2020)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Portaria nº 433/2020 - Presidência** - constitui as Comissões Permanentes previstas no artigo 27, § 1º, do **Regimento Interno**.

**Resolução nº 708/2020 - Presidência** - institui o Laboratório de Inovação do Supremo Tribunal Federal - Inova STF.

**ADI 3395 - Decisão:** O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou parcialmente procedente o pedido formulado, confirmando a decisão liminar concedida e fixando, com aplicação de interpretação conforme a **Constituição**, sem redução de texto, que o disposto no inciso I do art. 114 da **Constituição Federal** não abrange causas ajuizadas para discussão de relação jurídico-estatutária entre o Poder Público dos Entes da Federação e seus Servidores, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Rosa Weber, que julgavam improcedente o pedido. O Ministro Roberto Barroso acompanhou o Relator com ressalvas. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 3.4.2020 a 14.4.2020. Ementa: CONSTITUCIONAL E TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART.114, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004**. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. EXPRESSÃO "RELAÇÃO DE TRABALHO". INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. EXCLUSÃO DAS AÇÕES ENTRE O PODER PÚBLICO E SEUS SERVIDORES. PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR CONFIRMADA. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. O processo legislativo para edição da **Emenda Constitucional 45/2004**, que deu nova redação ao inciso I do art. 114 da **Constituição Federal**, é, do ponto de vista formal, constitucionalmente hígido. 2. A interpretação adequadamente constitucional da expressão "relação do trabalho" deve excluir os vínculos de natureza jurídico-estatutária, em razão do que a competência da Justiça do Trabalho não alcança as ações judiciais

entre o Poder Público e seus servidores. 3. Medida Cautelar confirmada e Ação Direta julgada parcialmente procedente.

**ADI 5547 - Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo amicus curiae, a Dra. Maria Rosa Loula, Procuradora Federal. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 11.9.2020 a 21.9.2020. Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. [RESOLUÇÃO CONAMA Nº 458/2013](#) *(que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária)*. CABIMENTO. OFENSA DIRETA. ATO NORMATIVO PRIMÁRIO, GERAL E ABSTRATO. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTA. DIREITO FUNDAMENTAL. PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO E DA PRECAUÇÃO. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE. PROIBIÇÃO DO RETROCESSO. PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA. 1. A Resolução impugnada é ato normativo primário, dotada de generalidade e abstração suficientes a permitir o controle concentrado de constitucionalidade. 2. Disciplina que conduz justamente à conformação do amálgama que busca adequar a proteção ambiental à justiça social, que, enquanto valor e fundamento da ordem econômica ([CRFB](#), art. 170, caput) e da ordem social ([CRFB](#), art. 193), protege, ao lado da defesa do meio ambiente, o valor social do trabalho, fundamento do Estado de Direito efetivamente democrático (art. 1º, IV, da [CRFB](#)), e os objetivos republicanos de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Art. 3º, I e III). 3. Deve-se compreender o projeto de assentamento não como empreendimento em si potencialmente poluidor. Reserva-se às atividades a serem desenvolvidas pelos assentados a consideração acerca do potencial risco ambiental. Caberá aos órgãos de fiscalização e ao Ministério Público concretamente fiscalizar eventual vulneração do meio ambiente, que não estará na norma abstrata, mas na sua aplicação, cabendo o recurso a outras vias de impugnação. Precedentes. 4. É assim que a resolução questionada não denota retrocesso inconstitucional, nem vulnera os princípios da prevenção e da precaução ou o princípio da proteção deficiente. 5. Ação direta julgada improcedente.

**Referendo da Medida Cautelar na ADPF 672 - Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, confirmou a medida cautelar e, no mérito, julgou parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, para assegurar a efetiva observância dos artigos 23, II e IX; 24, XII; 30, II, e 198, todos da [Constituição Federal](#) na aplicação da [Lei nº 13.979/2020](#) e dispositivos conexos, reconhecendo e assegurando o exercício da competência concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras, sem prejuízo da competência geral da União para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional, caso entenda necessário, ressaltando-se, como feito na concessão da medida liminar, que a validade formal e material de cada ato normativo específico estadual, distrital ou municipal poderá ser analisada individualmente, nos termos do voto

do Relator. Falou, pelo requerente, a Dra. Claudia Paiva Carvalho. Plenário, Sessão Virtual de 2.10.2020 a 9.10.2020.

## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Resolução nº 8/2020 - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)** - altera a **Resolução Enfam nº 1 de 13 de março de 2017** que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora ou comissão de concurso para o ingresso na carreira da magistratura.

## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Portaria nº 224/2020 – Presidência** - dá nova redação ao art. 1º da **Portaria CNJ nº 192/2020**, que designa os integrantes do Grupo de Trabalho “Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário” – **em anexo.**

**Portaria nº 225/2020 – Presidência** - altera o art. 4º da **Portaria CNJ nº 122/2018**, que dispõe sobre as competências da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP) – **em anexo.**

**Portaria nº 227/2020 - Presidência** - dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.

**Portaria nº 228/2020 – Presidência** - institui Grupo de Trabalho para diagnosticar, avaliar e apresentar políticas judiciárias de ampliação do acesso à justiça e propostas de melhoria dos regimes de custas, taxas e despesas judiciais ao Conselho Nacional de Justiça – **em anexo.**

**Portaria nº 229/2020 – Presidência** - altera a composição do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – **em anexo.**

**Portaria nº 230/2020 – Presidência** – altera Grupo de Trabalho para avaliação da necessidade de atualização de Resoluções e de revisão das regras de negócio atuais do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões – BNMP 2.0 – **em anexo.**

**Portaria nº 232/2020 – Presidência** – altera a composição do Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário, designado pela **Portaria CNJ nº 82/2019** – **em anexo.**

**Portaria nº 55/2020 – Corregedoria Nacional** - nomeia integrantes da Câmara de Regulação do Agente Regulador do ONR (Operador Nacional do Registro Imobiliário Eletrônico), no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências – **em anexo.**

**Portaria nº 42/2020 – Secretaria-Geral** - designa o Juiz Auxiliar da Presidência Walter Godoy dos Santos Júnior para, por delegação, exercer a função de

coordenador do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname – **em anexo.**

**Resolução nº 349/2020 – Presidência** - dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências – **em anexo.**

**3ª Emenda ao Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos** – trata dos cursos ministrados mediante codocência entre instrutores e instrutores em formação com cadastro vigente – **em anexo.**

**ATO NORMATIVO – 0008022-76.2020.2.00.0000** – Requerente: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ; Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Ato normativo. Questão de ordem. Ausência de submissão prévia à comissão permanente. Existência de prevenção. Não acolhimento. Mérito. Ato normativo. Resolução. Política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação. Resolução aprovada – **acórdão em anexo.**

### **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**Portaria nº 483/2020 - Presidência** - dispõe sobre a composição de grupo de trabalho para estudo e identificação das medidas necessárias à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, [Lei nº 13.709/2018](#), alterada pela [Lei nº 13.853/2019](#), com vistas à criação de Plano de Proteção de Dados para a Justiça Federal de primeiro e segundo graus (*o representante da JF/4ª Região é o juiz federal Gustavo Chies Cignachi*).

**Decisão - Presidência** - trata-se de consulta formulada pela Presidência dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 2ª Regiões, solicitando manifestação deste Conselho acerca dos limites a serem observados na realização de despesas com pessoal, diante de alertas emitidos pelo Tribunal de Contas da União, no bojo do [Acórdão nº 47/2020-TCU-Plenário](#).

### **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Resolução nº 41/2020 – Presidência** - dispõe sobre alterações na estrutura organizacional da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná (*renomeia o Núcleo de Documentação para Núcleo de Documentação e Memória e cria a Seção de Memória Institucional, dentre outras alterações*) - **em anexo.**

**Resolução nº 48/2020 – Presidência** - altera o artigo 2º da [Resolução 39/2020](#), para prorrogar a suspensão da distribuição processual ao juízo substituto da 13ª Vara Federal de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná (*até 1º de fevereiro de 2021*) - **em anexo.**

### **JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ**

**Portaria nº 1.164/2020 – 4ª Vara Federal de Maringá** - dispõe sobre a designação e realização de teleaudiências no âmbito da 4ª Vara Federal de

Maringá-PR e 10ª Unidade Avançada de Atendimento de Astorga-PR - **em anexo**.

## **JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA**

**Portaria nº 983/2020 – Direção do Foro da JFSC** - dispõe sobre a operacionalização da retomada (Etapa Intermediária) da prática de atos judiciais presenciais e semipresenciais no interior do prédio-sede da Subseção Judiciária Federal de Florianópolis e dá outras providências - **em anexo**.

**Portaria nº 1.012/2020 – Direção do Foro da JFSC** – altera alíneas e artigos da [Portaria nº 983/2020](#), que trata da operacionalização da retomada (Etapa Intermediária) da prática de atos judiciais presenciais e semipresenciais no interior do prédio-sede da Subseção Judiciária Federal de Florianópolis.

## **2. PODER LEGISLATIVO FEDERAL**

[Lei nº 14.075/2020](#) - dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nºs [13.982, de 2 de abril de 2020](#), e [14.058, de 17 de setembro de 2020](#).

## **3. PODER EXECUTIVO FEDERAL**

### **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

[Decreto de 22 de outubro de 2020](#) - nomeia KASSIO NUNES MARQUES, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Celso de Mello Filho.

[Decreto nº 10.522/2020 - retificação](#) - autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2020.

[Decreto nº 10.523/2020 - retificação](#) - altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016](#).

[Decreto nº 10.524/2020](#) - dispõe sobre o Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu e institui o seu Comitê Gestor.

[Decreto nº 10.525/2020](#) - dispõe sobre a qualificação de empreendimento público do setor de mobilidade urbana no Estado de Minas Gerais no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

[Decreto nº 10.526/2020](#) - institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal.

[Decreto nº 10.527/2020](#) - institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social,

incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas.

**[Decreto nº 10.528/2020](#)** - altera o **[Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019](#)**, que dispõe sobre a passagem à disposição de militares das Forças Armadas.

**[Decreto nº 10.529/2020](#)** - altera o **[Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020](#)**, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**[Decreto nº 10.530/2020](#)** - dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.

**[Decreto nº 10.531/2020](#)** - institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

**[Decreto nº 10.532/2020](#)** - altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo **[Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016](#)** (*reduz alíquota de IPI sobre videogames*).

**[Resolução nº 177/2020 - Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras](#)** - aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil - DOC-ICP-05.

**[Instrução Normativa nº 9/2020 - Casa Civil/Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#)** - aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Identificação Biométrica na ICPBrasil DOC-ICP-05.03.

**[Instrução Normativa nº 10/2020 - Casa Civil/Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#)** - aprova a versão revisada e consolidada do documento Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP-Brasil - DOC-ICP-03.01.

**[Instrução Normativa nº 12/2020 - Casa Civil/Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#)** - aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para identificação do requerente e comunicação de irregularidades no processo de emissão de um certificado digital ICPBrasil DOC-ICP-05.02.

## **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**[Portaria nº 134/2020 - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo](#)** - institui o Colegiado Terra Brasil no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil, define as competências e o funcionamento.

**[Instrução Normativa nº 59/2020 - Gabinete da Ministra](#)** - institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema de Informação de Vinhos e Bebidas - Sivibe.



[Instrução Normativa Conjunta nº 3/2020 - MAPA/Anvisa](#) - define os procedimentos para o monitoramento e a fiscalização quanto à utilização e ao recolhimento dos estoques remanescentes de produtos à base do ingrediente ativo [Paraquat](#) em posse dos agricultores brasileiros, para o manejo dos cultivos na safra agrícola 2020/2021.

## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

[Portaria nº 509/2020 - Gabinete do Ministro](#) - prorroga o prazo estabelecido na [Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020](#), que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

[Portaria Conjunta nº 4/2020 - Secretaria Nacional de Assistência Social](#) - aprova orientação técnica conjunta para a atuação intersetorial e integrada entre a rede socioassistencial e as Comunidades Terapêuticas no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) junto à população em situação de rua, usuária abusiva de substâncias psicoativas.

## **MINISTÉRIO DA DEFESA**

[Portaria Normativa nº 89/2020 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas.

[Instrução Normativa nº 7/2020 - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas](#) - estabelece a coordenação para a disponibilização de capacidades em Forças de Paz no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas.

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

[Portaria Conjunta nº 347/2020 - Gabinete do Ministro](#) - regulamenta o inciso VI do § 4º do art. 2º da [Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), para dispor sobre condições, conceitos e critérios para investimento em Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação Públicas na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.

[Portaria nº 353/2020 - Gabinete do Ministro](#) - altera a [Portaria nº 447, de 25 de outubro de 2018](#), do extinto Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para cobrança administrativa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia - RFB e para encaminhamento de créditos para fins de inscrição em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

[Portaria nº 22.582/2020 - Secretaria Executiva](#) - disciplina o procedimento e tramitação de demandas provenientes de órgãos de controle interno e externo no âmbito do Ministério da Economia.

**Portaria Conjunta nº 76/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** - dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial).

**Portaria nº 22.677/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho** - aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

**Portaria nº 1.070/2020 - INSS** - prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional.

**Resolução nº 23/2020 - Diretoria Colegiada/Banco Central do Brasil** - dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de informações sobre sua composição societária.

**Resolução nº 24/2020 - Diretoria Colegiada/Banco Central do Brasil** - altera a **Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018**, que estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, alteração de controle e reorganização societária, cancelamento da autorização para funcionamento, condições para o exercício de cargos de administração nas instituições de pagamento e autorização para a prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Resolução nº 4.857/2020 - Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional** - altera a **Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010**, que dispõe sobre o capital estrangeiro no País e seu registro no Banco Central do Brasil, e dá outras providências.

**Resolução nº 4.858/2020 - Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional** - dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

**Resolução nº 4.859/2020 - Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional** - dispõe sobre a remessa de informações relativas aos integrantes do grupo de controle e aos administradores das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a disponibilização de canal para comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades da instituição.

**Resolução nº 4.860/2020 - Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional** - dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Resolução nº 4.863/2020 - Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional** - dispensa a exigência de apresentação de coordenadas geodésicas, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar



(Pronaf), nas operações de crédito rural destinadas ao Microcrédito Produtivo Rural e ao atendimento de beneficiários da Reforma Agrária.

**Resolução nº 4.865/2020 - Banco Central do Brasil -** estabelece as diretrizes para funcionamento do Ambiente Controlado de Testes para Inovações Financeiras e de Pagamento (Sandbox Regulatório) e as condições para o fornecimento de produtos e serviços no contexto desse ambiente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

**Instrução Normativa nº 29/2020 - Banco Central do Brasil –** dispõe que a tabela de serviços e valores relativas ao ressarcimento de custos com a utilização do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), com as despesas incorridas pelo Banco Central do Brasil na gestão e no monitoramento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e com as despesas do conjunto de sistemas e recursos de tecnologia da informação do Banco Central do Brasil necessários para a operação do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), passa a vigorar na forma do Anexo desta Instrução Normativa BCB.

**Instrução Normativa nº 30/2020 - Banco Central do Brasil -** consolida os procedimentos para o registro de instrumentos financeiros representativos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, incluindo aqueles objetos de cessão de crédito, alienação fiduciária e portabilidade e na forma de direitos creditórios, em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

**Instrução Normativa nº 87/2020 - Secretaria de Governança e Patrimônio da União -** dispõe sobre os atos administrativos, fiscalizatórios, e de gestão e contratos, estabelecendo procedimentos inerentes aos processos de cessões de uso, nos regimes gratuito, oneroso ou em condições especiais de imóveis e áreas de domínio e propriedade da União, e dá outras providências.

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**Portaria nº 434/2020 - Secretaria de Educação Superior -** institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais.

**Resolução nº 42/2020 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) -** dispõe sobre o Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 5º-A, da **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

[Portaria nº 18/2020 - Departamento de Polícia Federal](#) - dispõe sobre a retomada do curso dos prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal.

[Portaria nº 4/2020 - Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Migrações](#) - dispõe sobre a retomada dos prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações.

[Resolução nº 43/2020 - Conselho Nacional de Imigração](#) - altera a [Resolução Normativa nº 05, de 1º de dezembro de 2017](#), que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.

## **MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**

[Portaria nº 2.559/2020 - Gabinete do Ministro](#) - institui o Projeto-piloto Acolha a Vida, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

## **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

[Portaria nº 2.789/2020 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.

## **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

[Portaria nº 1.024/2020 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre a flexibilização e a dispensa do horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República, denominado A Voz do Brasil, pelas emissoras de radiodifusão sonora.

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

[Portaria nº 2.726/2020 - Gabinete do Ministro](#) - aprova o enquadramento, como prioritário, de projeto de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico, apresentado pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

[Portaria nº 2.727/2020 - Gabinete do Ministro](#) - aprova o enquadramento, como prioritário, de projeto de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico, apresentado pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

[Portaria nº 544/2020 - Gabinete do Ministro](#) - publica o Regimento Interno da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos

Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.

[Portaria nº 558/2020 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

[Portaria nº 2.542/2020 - Ibama](#) - aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

[Resolução nº 500/2020 - Conselho Nacional do Meio Ambiente \(Conama\)](#) - fica declarada a revogação da [Resolução nº 284, de 30 agosto de 2001](#), que dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação; da [Resolução nº 302, de 20 de fevereiro de 2002](#), que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; e a [Resolução nº 303, de 13 de maio de 2002](#), que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

#### **4. CONSELHOS FEDERAIS PROFISSIONAIS**

##### **CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

[Resolução nº 40/2020](#) - suspende as Sessões Ordinárias presenciais dos órgãos colegiados do Conselho Federal da OAB do mês de novembro de 2020, tendo em vista a declarada pandemia do coronavírus (COVID-19).

[Provimento nº 197/2020](#) - altera os §§ 3º e 4º do art. 5º do [Provimento nº 178/2017](#), que “Dispõe sobre normas e procedimentos para transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.”

##### **CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM**

[Resolução nº 653/2020](#) - normatiza a prerrogativa de identificação de morte óbvia por profissionais de Enfermagem em serviços públicos e privados de atendimento pré-hospitalar móvel.

##### **CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL**

[Resolução nº 523/2020](#) - institui Política Nacional de Refinanciamento de Dívida Tributária - REFIS.

##### **CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA**

[Resolução nº 584/2020](#) - dispõe sobre a criação da Especialidade em Perícia Fonoaudiológica, define as atribuições e competências relativas ao profissional fonoaudiólogo Especialista, e dá outras providências.

[Resolução nº 587/2020](#) - dispõe sobre o Responsável Técnico em Fonoaudiologia e suas atribuições, e dá outras providências.

## **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**

[Resolução nº 1.363/2020](#) - define orientações para a terapia com células-tronco em animais.

[Resolução nº 1.364/2020](#) - define orientações para a ozonioterapia em animais.

## **CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS**

[Resolução nº 668/2020](#) - dispõe sobre a definição dos procedimentos nacionais para as ações da Fiscalização do Sistema CFN/CRN em decorrência da pandemia da Covid-19 e dá outras providências.

[Voltar ao topo](#)